

Segunda conferência dos arquivistas eclesiásticos europeus. Istituto Il Carmelo – Sassone, Ciampino (Roma), 29 de abril a 1 de maio de 2013.

ALEXANDRA XISTO E RICARDO ANICETO

Entre os dias 29 de abril e 1 de maio de 2013 realizou-se no *Istituto Il Carmelo* em Sassone-Ciampino (Roma) a segunda conferência dos arquivistas eclesiásticos europeus, organizada pela *Associazione Archivistica Ecclesiastica* (AAE) em colaboração com o *Pontificio Consiglio per la Cultura* (Santa Sé).

O encontro reuniu representantes dos países e instituições elencadas: Albânia, Alemanha, Áustria, Bósnia Herzegovina, Croácia, Espanha, França, Hungria, Inglaterra, Itália, Malta, Polónia, Portugal, Roménia, Santa Sé (Arquivo Secreto do Vaticano e Pontifício Conselho para a Cultura) e Suíça. Aderiram mas não puderam estar presentes os representantes da Eslovénia e da Rússia. Estiveram ainda presentes, na qualidade de ouvintes, os diretores dos arquivos históricos estatais de Sebenico (Croácia) e Zara (Áustria). A delegação portuguesa foi composta por dois elementos (Alexandra Xisto e Ricardo Aniceto) enviados por parte do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), que fora convidado pela AAE a representar Portugal, à semelhança do que ocorreu na primeira Conferência, realizada em 2002, em Trento¹. Esta deslocação enquadrou-se no plano de atividades que o CEHR tem desenvolvido nesta área através do seu Grupo de Trabalho de Arquivística e contou com o apoio financeiro da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre.

A receção aos participantes ocorreu no dia 28 de abril. No dia seguinte, pelas 9h30, deu-se início aos trabalhos. A mesa foi presidida pelo Presidente do Pontifício Conselho para a Cultura, cardeal Gianfranco Ravasi, acompanhado pelo seu delegado para os Bens Culturais da Igreja, D. Carlos Azevedo e pelo Mons. Gaetano Zito, presidente da Associação de Arquivística Eclesiástica, que fez a saudação inicial congratulando-se pelo interesse manifestado e materializado no número de países representados, e aludindo aos aspetos debatidos no último encontro, realizado em Trento no ano de 2002, em torno de quatro pontos fundamentais: regulamento dos arquivos, gestão do património arquivístico, harmonização dos sistemas em rede e relações entre a Igreja e o Estado. Após um breve elenco do percurso da AAE ao longo dos seus cerca de sessenta anos de existência, o Mons. Gaetano Zito sublinhou a convicção da utilidade de um confronto sobre questões comuns na tutela e valorização das formas particulares da memória da Igreja, a saber:

- o problema das novas tecnologias e a fragilidade da memória virtual e dos sistemas digitais.
- a dispersão do material arquivístico, memória das igrejas locais, por arquivos estatais, fruto das cambiantes sociopolíticas verificadas no séc. XIX na Europa ocidental (liberalismo) e no século XX nos países a leste da Europa (comunismo). Que tipologias? Qual o estatuto da documentação? Que valorização se faz desta memória da igreja?

O cardeal Gianfranco Ravasi propôs aos participantes um itinerário teológico/literário em torno dos conceitos de Arquivo, Documento e Europa. Realçou o papel dos arquivistas na

1 Sobre essa participação, veja-se *Lusitania Sacra*. 15 (2003) 376-377.

construção da identidade de um povo, numa dinâmica em que a metáfora eucarística se pode aplicar aos arquivos da Igreja (anamnese e memorial). Aludiu ao conceito de documento (*docere*) como realidade viva em que se cruzam as dimensões de ensinamento e apreensão; como grande património do passado estes são um verdadeiro lugar para os crentes e não crentes, um autêntico Átrio dos Gentios. Finalmente, o conceito de Europa surgiu enquadrado pela afirmação de que se os arquivos da Igreja se dispersam ou perdem o significado, perde-se a substância da cultura europeia, o grande códice da nossa cultura, a nossa identidade.

Ainda durante o período da manhã foram apresentadas, em estilo informal, as diversas experiências e realidades nacionais ao nível da salvaguarda e promoção do património arquivístico. Ricardo Aniceto (CEHR) abordou, ainda que em traços largos, a realidade portuguesa. Destacou-se o papel do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; o I Conselho Nacional de Arquivos e o lançamento das bases de uma estratégia a implementar; o Diagnóstico aos Arquivos Diocesanos; o trabalho do CEHR na formação e na capacitação de técnicos, na valorização de acervos diocesanos, de congregações religiosas, santuários, espólios pessoais entre outros; a estreita cooperação entre a Igreja e o Estado, de que o projeto da «Rota das Catedrais» é exemplo; além de se enumerarem diversas iniciativas mais recentes em torno da valorização do património arquivístico de que é exemplo a publicação de IDD pelo CEHR (ver www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt, página *Publicações*), o trabalho no Patriarcado de Lisboa com recurso a voluntários, a estratégia da diocese de Santarém para a constituição de um referencial de memória coletiva, a organização de espólios de congregações religiosas como é o caso das Servas de Nossa Senhora de Fátima ou de Associações de Fiéis como a Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco da cidade de Coimbra, bem como o papel das universidades, como é o caso da Universidade de Évora (CIDEHUS) através da base de dados Fundis (<http://fundis.cidehus.uevora.pt/>).

Da partilha, e pese embora o esforço desenvolvido e as devidas exceções, resultou a constatação transversal da falta de recursos financeiros, técnicos e humanos especializados que condicionam uma estratégia pastoral em torno do património documental. No caso dos países da Europa mais a leste a questão dos recursos está mais aliviada pelos protocolos estabelecidos com os respetivos estados que garantem corpo técnico especializado a trabalhar os repositórios documentais.

Na tarde do dia 29 de abril os participantes deslocaram-se ao Arquivo Secreto Vaticano (ASV). Foram recebidos nas instalações da Escola de Paleografia e Diplomática pelo cardeal Jean-Louis Brugués, arquivista e bibliotecário da Santa Sé, que felicitou o trabalho da AAE, e pelo Mons. Sérgio Pagano, perfeito do ASV, que alertou para o perigo do atual paradigma tecnológico/digital a par de um progressivo desconhecimento da paleografia, da diplomática e das línguas. Os desafios em torno da memória histórica milenar da Igreja colocam-se sem dúvida ao nível da preservação do património digital gerado quotidianamente, mas também ao nível da formação para que esse património milenar da Igreja cumpra a função de ensinar.

Sob o tema *Archivistica e Informatica*, o eng. Daniele Gallinella, do ASV, pronunciou uma conferência em torno da preservação digital, metadados, conteúdos informativos digitais, conceito de documento e arquivo digital, características e dependências dos objetos digitais, suportes de registos, autenticidade e acesso, sistemas de gestão de armazenamento, formatos de ficheiros e assinatura digital.

Seguiu-se uma visita às instalações do ASV com o seguinte itinerário: sala dos índices «Leão XIII», sala de consulta «Pio XI», sala de consulta de estampas «Sisto V», Bunker, outros depósitos, Piso Nobre, Sale Chigiane (albergam o núcleo mais antigo da Secretaria de Estado do Vaticano) e Torres dos Ventos.

Na primeira parte da manhã do dia 30 de abril foram proferidas as duas conferências constantes do programa.

Thomas Aigner, diretor do Arquivo Histórico Diocesano de S. Pölten (Áustria) apresentou o projeto Monasterium (www.monasterium.net), uma plataforma de pergaminhos medievais. Este projeto tem na sua base os seguintes princípios: disponibilizar informação histórica em ambiente virtual; suportar novos métodos de pesquisa; posicionar os arquivos no mundo virtual; criar uma rede de diversas instituições que privilegie a troca de informação e de saber, no respeito pelas autonomias próprias. Trata-se de um projeto financiado pela União Europeia, tendo como parceiros o Centro Internacional para a pesquisa arquivística (ICARUS) e a Europeia.

O padre Tamás Tóth, reitor do Pontifício Instituto Eclesiástico Húngaro de Roma, apresentou uma comunicação sobre os arquivos públicos e os fundos eclesiásticos. Após uma caracterização histórica da Igreja na Hungria, abordou as parcerias resultantes do denominado Acordo Arquivístico de Baden, em 1926, e caracterizou a dispersão dos fundos de natureza eclesiástica pelas diversas instituições arquivísticas do Estado Húngaro ressaltando o papel da Conferência Episcopal Húngara, do Centro Católico Nacional das Coleções (www.okgyk.hu) e da Associação dos Arquivistas Eclesiásticos da Hungria (www.melte.hu).

Num período dedicado à troca de experiências foram apresentadas comunicações de Malta, Albânia, Polónia e Portugal.

O P. Joseph Bezzina, do arquivo diocesano de Gozo, caracterizou os arquivos existentes nas duas dioceses (Gozo e Malta) ressaltando uma lei promulgada em 2005 que confere ao arquivo nacional a missão de supervisão e assessoria aos arquivos eclesiásticos e a possibilidade de vetar a venda de arquivos ou documentos de natureza eclesiástica.

A delegação da Albânia, composta por três elementos, apresentou uma breve caracterização do arquivo nacional deste país e da coleção de documentos eclesiásticos nele depositada (<http://www.albarchive.gov.al>).

Um dos elementos da delegação da Polónia, o P. Rafal Rybacki apresentou o itinerário histórico da instalação do arquivo arquidiocesano de Poznan (<http://aap.poznan.pl/>)

Ricardo Aniceto, membro do CEHR (Portugal) apresentou uma comunicação sobre o contributo do CEHR para o desenvolvimento de uma política arquivística.

No período da tarde, o Mons. Salvatore Palese apresentou uma reflexão sobre os arquivos, a cultura e a pastoral depois da carta pastoral *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*, ressaltando a problemática de como tornar os arquivos uma realidade cultural, vital na vida cristã, e alertando para a necessidade de uma metanoia que ultrapasse a visão do património cultural da Igreja como coisas, para centrá-la no conceito de Bem. Seguiu-se um debate aberto centrado na temática Arquivos e Evangelização: que estratégias pastorais em torno de uma herança cultural, na consciência de que não é a conservação de um arquivo que faz a memória da Igreja mas sim a sua leitura.

Os trabalhos deste dia terminaram com uma comunicação de Alexandra Xisto (CEHR) onde partilhou com os presentes a estratégia da diocese de Santarém em torno do seu património arquivístico, encarado como fundamental para a criação de um referencial de identidade e memória

diocesana coletiva. A apresentação motivou um breve debate sobre o papel das dioceses na conservação do seu património arquivístico e a importância de projetos estruturados que não encarem os arquivos isoladamente, mas numa dinâmica que congregue múltiplas valências dos bens culturais, a saber, arquivos, museus e bibliotecas, numa estratégia pastoral concertada e que envolva Igreja, Estado, universidades, leigos e sociedade civil.

No dia 1 de maio o encontro terminou com uma conferência de D. Carlos Azevedo, delegado para os bens culturais da Comissão Pontifícia para a Cultura, intitulada *Troca de ideias sobre perspetivas futuras para um caminho comum entre os arquivistas eclesiais europeus*. O prelado centrou-se nos novos critérios de gestão, fruição e valorização dos arquivos e na importância do conceito de interoperabilidade entre os diversos sistemas, onde os metadados assumem lugar de relevo: *Interoperabilidade política e humana* porque não se percorre um caminho sem uma aposta clara das pessoas e instituições; *Interoperabilidade técnica* que pressupõe o desenvolvimento e aplicação de normas standard que potenciem o trabalho em rede; *Interoperabilidade semântica* que servirá à descrição dos objetos digitais numa base e arquitetura lógicas; *Interoperabilidade multidisciplinar* que encare os arquivos, as bibliotecas e os museus como um sistema de informação; *Interoperabilidade internacional* que disponibilize os dados em rede ultrapassando as barreiras linguísticas e a diversidade cultural.

Esta abordagem transversal produz necessariamente uma maior qualidade de serviço ao colocar os sistemas internacionais, nacionais e os arquivos locais a trabalhar em sintonia. Os benefícios do tecido conectivo comum enunciado pelo bispo derivam da possibilidade das instituições se conformarem a standards descritivos, definitivos, atualizados e verificados, que garantam a uniformidade dos arquivos eletrónicos, e de escolherem sistemas de descrição dinâmicos que possibilitem a descrição multinível e assegurem dispositivos de apoio, assistência e controlo dos dados inseridos no sistema. Não obstante o ideário, colocam-se alguns problemas nomeadamente a consciência de que um processo de efetiva interoperabilidade requer tempo e recursos que podem minar a estabilidade do projeto, mas que acarretam as mais-valias que provêm das concertações e sinergias dos intervenientes.

D. Carlos Azevedo terminou a sua comunicação alertando para a necessidade de elaborar projetos a médio e longo prazo, promotores da conservação e da vitalidade da memória através do património histórico. Projetos que tenham em conta aspetos logísticos que garantam a segurança dos espólios, que apostem em recursos humanos qualificados e em serviços regulados que tenham em conta os novos suportes documentais e regras de avaliação e seleção de documentação. Como materialização do desejo de trabalho em rede anunciou a criação de uma *newsletter* no seio do Pontifício Conselho da Cultura que facilite a interação entre os profissionais e as diversas instituições.